

Crise fiscal nos municípios fluminenses da Bacia Petrolífera de Campos, entre 2014 a 2018

José Alves de Azevedo Neto¹

José Luis Vianna da Cruz²

Resumo

Este artigo propõe discutir alguns aspectos de ordem fiscal, econômica e social, quais sejam, os impactos nas contas municipais, a queda das rendas petrolíferas, a retração do PIB e do mercado formal de trabalho, decorrentes da crise mundial no comércio das *commodities*, entre 2014 e 2018, e das suas consequências sobre os principais municípios da província petrolífera do estado do Rio de Janeiro. Busca, ainda, identificar através dos dados do mercado formal de trabalho, publicado pelo CAGED, de janeiro a maio de 2019, comparado ao mesmo período do ano de 2018, sinais de uma possível recuperação da economia regional.

Palavras-chave: Crise do preço do petróleo. Bacia de Campos. Municípios produtores do ERJ.

Abstract

This article intends to approach some fiscal, economic and social aspects, that is, impacts on municipal accounts, decrease of oil revenues, retraction of Gross Product and formal labor market, resulting from the global crisis in commodity trade, between 2014 and 2018, and their consequences on the main municipalities of Rio de Janeiro State's oil province. It also seeks to identify, through data from the formal labor market, published by CAGED, comprising January to May 2019, compared to the same period of 2018, signs of a possible recovery of the regional economy.

Keywords: Oil price crisis. Campos Basin. ERJ producing municipalities.

¹ Técnico de Nível Superior em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM, Campos/RJ)

² Cientista Social, Doutor em Planejamento Regional e Urbano (IPPUR, UFRJ), professor permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (PRGC, UCAM, Campos/RJ); Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP, UFF, Campos/RJ)

Introdução

Desde o segundo semestre de 2014, quando se iniciou a crise internacional das *commodities*, com a queda no volume comercializado, decorrente, em grande parte, da desaceleração do crescimento da China, e a conseqüente baixa acentuada nos preços internacionais do petróleo, o estado do Rio de Janeiro, assim como os seus municípios produtores de petróleo, de cujas rendas são altamente dependentes, experimentaram impactos fiscais negativos nos seus respectivos orçamentos, deixando evidenciado o que vários estudos realizados por pesquisadores da região já previam.

Isto é, que os municípios do Norte Fluminense eram excessivamente dependentes das rendas do petróleo e que, caso ocorresse uma conjuntura de variação desfavorável no que tange às três variáveis responsáveis pelo cálculo das rendas petrolíferas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), como a taxa de câmbio, o preço do barril do petróleo e a produção, tais municípios seriam afetados frontalmente, o que realmente aconteceu.

É o que se constata, neste artigo, pelos indicadores pesquisados, tais como os valores dos repasses das transferências relativas à produção de petróleo, o comportamento do orçamento fiscal municipal, o produto interno bruto (PIB) e o mercado formal de trabalho.

Para empreender, então, uma discussão sobre esses indicadores, buscou-se, abordar, na primeira seção, um breve histórico da crise; na seção dois, o comportamento das rendas petrolíferas e o impacto da crise fiscal sobre o orçamento dos municípios; na seção três, os impactos sobre o mercado formal de trabalho e a evolução do PIB; e, na seção quatro, buscam-se sinais de uma possível recuperação econômica, neste início de 2019. Nas Considerações Finais, realiza-se uma breve síntese da análise realizada.

1. Breve histórico da crise do petróleo nos principais municípios da Bacia de Campos

Os municípios das regiões Norte Fluminense (NF) e Baixadas Litorâneas (BL), do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), pertencentes à bacia petrolífera de Campos, dependentes das atividades da indústria de extração de petróleo, vêm experimentando, a partir do segundo semestre de 2014, uma das suas maiores crises, do ponto de vista fiscal e financeiro, da história recente.

Ocorreu a queda do preço internacional do barril do petróleo, que acumulou perdas de 60% até o início do ano de 2015, quando comparado ao pico da cotação de US\$ 115,00 em junho de 2014, em função do aumento da produção do óleo de xisto, por parte dos Estados Unidos e de uma demanda menor do que a esperada na Europa e na Ásia, segundo a matéria do site do G1, intitulada “Entenda a queda do preço do petróleo e seus efeitos” (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>).

Com isso, os reflexos oriundos dessa conjuntura inusitada, embora possível, em se tratando do instável e imprevisível mercado mundial do petróleo, revelaram, efetivamente, a vulnerabilidade das finanças dos municípios petrorrentistas – termo cunhado por estudiosos, que se refere àqueles, cujo elevado peso das rendas petrolíferas nos orçamentos é acompanhado de pequena arrecadação própria e baixo dinamismo econômico, sem internalização da cadeia petrolífera e sem economia diversificada. Esses pesquisadores vinham alertando quanto à iminência da falta ou à diminuição dessas rendas, tendo em vista que elas são exploradas em alto mar; exceto no caso de Macaé, pelo fato de que a base produtiva está dentro do território municipal (PIQUET, CRUZ, VILANI, 2013). A esse contexto se soma a exaustão da produção dos poços maduros, que também fora objeto de vaticínio dos estudiosos da matéria, e as suas consequências sobre a economia local.

Conjunção de fatores anunciada e que vem se confirmando no contexto aqui descrito. Conforme afirma, (RIBEIRO, apud AZEVEDO NETO, 2015, p. 75 e 76).

“Podemos observar que os municípios produtores de petróleo: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã, e São João da Barra apresentam substancial concentração de suas riquezas no setor industrial, exatamente em função da atividade petrolífera desenvolvida no mar. Entretanto, como já relatado, os processos ocorrem fora do espaço territorial e esses municípios não exercem nenhum controle sobre a atividade, exceção de Macaé que conta com uma estrutura produtiva importante em seu território. Os recursos oriundos das indenizações compõem o orçamento municipal que é

gerenciado pelo executivo local, e a única certeza é que um dia esses recursos podem esgotar”.

E, ainda, para agravar o cenário de crise regional, soma-se à conjuntura local os dois anos de recessão econômica no Brasil, 2015 e 2016, combinada com a crise da maior empresa brasileira, a Petrobrás – cuja sede das operações no Complexo petrolífero da Bacia de Campos está situada em Macaé – ensejada pela operação de combate à corrupção, denominada de Lava Jato, cujas consequências negativas impactaram o mercado de trabalho regional, deixando, no conjunto, como legado, uma massa de desempregados.

Todavia, ao se comparar o período de janeiro a maio do ano de 2019 com o mesmo recorte de tempo do ano de 2018, observa-se que tais municípios assolados pela conjunção das três crises passaram a sinalizar uma pequena e tímida recuperação econômica, em relação ao aspecto da geração de empregos formais, conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o que será tratado na seção 4. Embora, na atual conjuntura, seja ainda prematuro afirmar que existe uma retomada sustentável do crescimento das economias municipais selecionadas para o presente estudo.

Os dados estatísticos que corroboram essas ponderações encontram-se nas seções subsequentes.

2. Comportamento das rendas petrolíferas entre 2014 e 2018 e Crise Fiscal

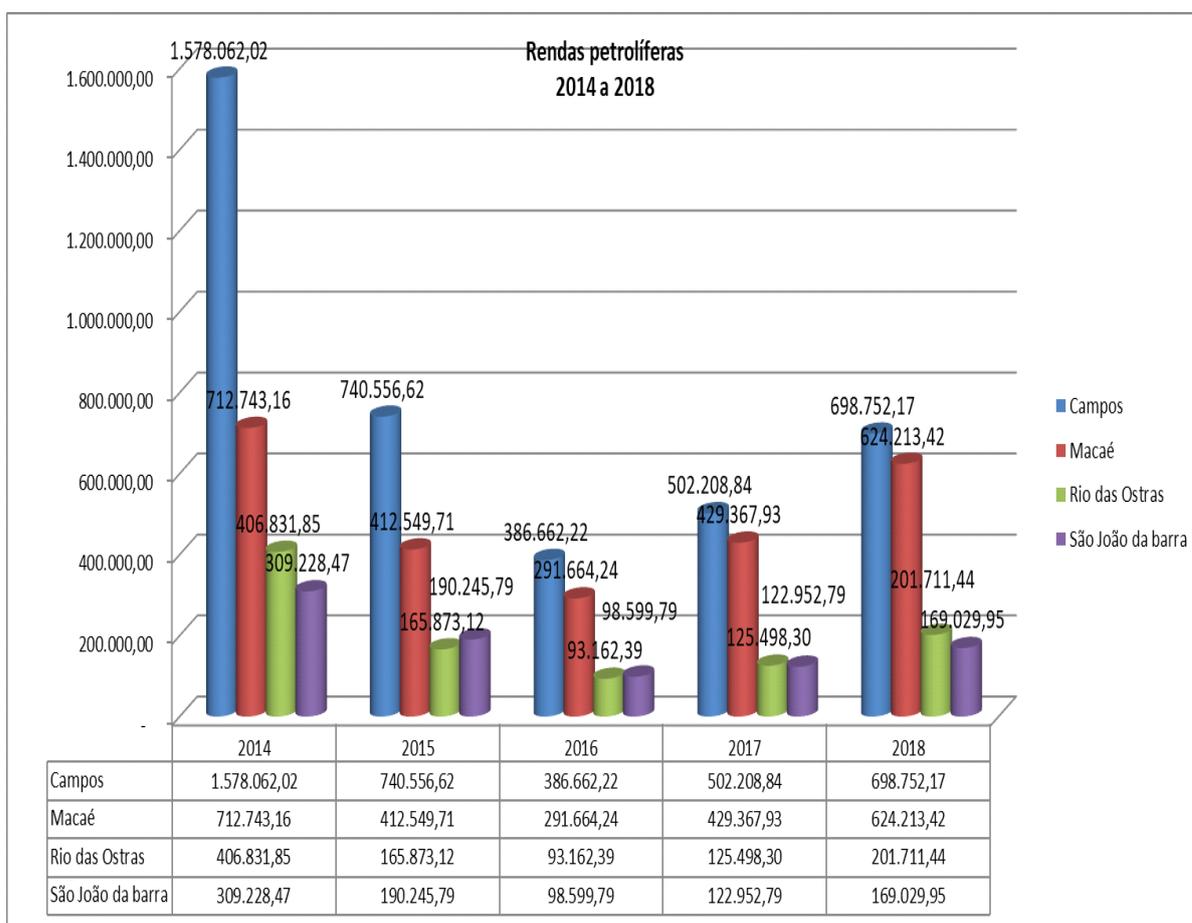
A escolha dos quatro municípios estudados neste trabalho se deu em razão das suas características vinculadas à sua relevância no contexto da indústria petrolífera local, particularmente no que diz respeito ao recebimento das rendas petrolíferas, constituídas pelos royalties sobre a extração de petróleo e pelos percentuais adicionais sobre a produção dos poços de maior produtividade, denominados participações especiais.

Assim, a escolha do município de Macaé ocorreu pela sua importância econômica regional, em função de sediar as instalações físicas e de apoio à exploração e produção *off shore*. No caso de Campos dos Goytacazes, por se destacar, no cenário petrolífero regional, como o município de maior extensão territorial, além de ser o mais populoso e o que recebe os maiores valores em rendas petrolíferas. São João da Barra foi selecionado, por ser um dos que mais

recebem rendas e por sediar o Porto do Açu, que produz grandes impactos na economia regional e possui dimensão internacional. Finalmente, Rio das Ostras, além de auferir elevadas rendas petrolíferas, possui, por ser vizinho de Macaé, um parque empresarial ligado à economia regional do petróleo, sendo, ainda, um importante município-residência para os trabalhadores de Macaé.

A seguir, o gráfico I apresenta a evolução das rendas petrolíferas recebidas pelos municípios selecionados.

Gráfico I - Evolução da transferência das rendas petrolíferas para os municípios selecionados



Fonte: Elaboração própria com base no Infroyalties/Ucam.

Como se verifica no gráfico I, a arrecadação dos royalties e das participações especiais dos principais municípios da Bacia de Campos, a partir do ano de 2014, quando teve início a crise mundial das *commodities*, variou negativamente, até 2016, e positivamente, nos anos de 2017 e 2018, embora ainda extremamente baixos em relação a 2014, com exceção de Macaé. Importa salientar, esta variação positiva se deu por conta da relativa recuperação do preço do barril de petróleo.

As oscilações dessa relevante receita dos orçamentos municipais afetaram sobremaneira os respectivos orçamentos fiscais de cada ente federativo aqui analisado, como se verá na seção três.

Doravante, serão analisados os valores recebidos por cada município.

No caso de Campos, em 2014 recebeu R\$1,578 bilhões, e, em 2015, tal repasse desceu ao valor de R\$740,556 milhões, numa escala financeira inferior em 53,07 % à de 2014. No exercício fiscal de 2016 as rendas petrolíferas atingiram o numerário de R\$386,662 milhões; como se observa, ocorreu uma queda significativa, de 47,79%, quando comparado a 2015. Em 2017 as rendas derivadas da extração do petróleo atingiram o patamar de R\$502,208 milhões, crescendo 29,88% em relação a 2016. Já em 2018 tais repasses totalizaram o valor de R\$698,752 milhões; assim, seu crescimento relativo ao exercício fiscal de 2017 atingiu o percentual de 39,14%, embora nesses dois últimos anos os patamares sejam muito inferiores ao de 2014.

No que diz respeito à Macaé, o volume dos recursos que ingressaram no tesouro municipal foi de R\$712,743 milhões em 2014 e, em 2015, de R\$412,549 milhões, apresentando um encolhimento, em relação a 2014, de 42,12%. Em 2016 o valor arrecadado chegou a R\$291,664 milhões, constituindo uma diminuição de 29,30% em relação a 2015. Ao longo do exercício financeiro de 2017 tais indenizações atingiram R\$429,367 milhões, aumentando, neste ano, 47,21% em relação a 2016. Em 2018 a curva da arrecadação manteve-se numa trajetória ascendente, o que fez com que entrasse no caixa municipal a quantia de R\$624,213 milhões, ou seja, mais 45,38% em relação a 2017. Nesse movimento ascendente Macaé foi o município cujos valores, em 2018, embora inferiores, mais se aproximaram dos de 2014.

O município de Rio das Ostras auferiu, em 2014, R\$406,831 milhões, e, em 2015, apenas R\$165, 873 milhões, um impacto negativo, na sua receita, de 59,23%. Em 2016 entrou no caixa da prefeitura o valor de R\$93,162 milhões, outra perda consecutiva e significativa, de 43,84%. Já no exercício fiscal de 2017 a curva se inverteu, em razão do recebimento de R\$125,498 milhões, sofrendo majoração positiva de 34,71% em relação a 2016. E, em 2018, tais valores vieram ainda maiores, totalizando R\$201,711 milhões, representando 60,73% a mais de recursos, em relação ao ano anterior, embora ainda em torno de 50% inferiores aos de 2014.

Quanto a São João da Barra, entraram no caixa municipal R\$309,228 milhões em 2014, e, em 2015, foram R\$190,245 milhões, numa variação negativa de 38,48%. Em 2016 o município recebeu R\$98,599 milhões, menos 48,17% do que em 2015. Em 2017 recebeu R\$122,952 milhões, crescendo com isso, 24,70% em relação a 2016. Em 2018 os repasses financeiros aumentaram 37,48% quando comparados a 2017, alcançando R\$169,029 milhões, bastante inferior aos valores de 2014.

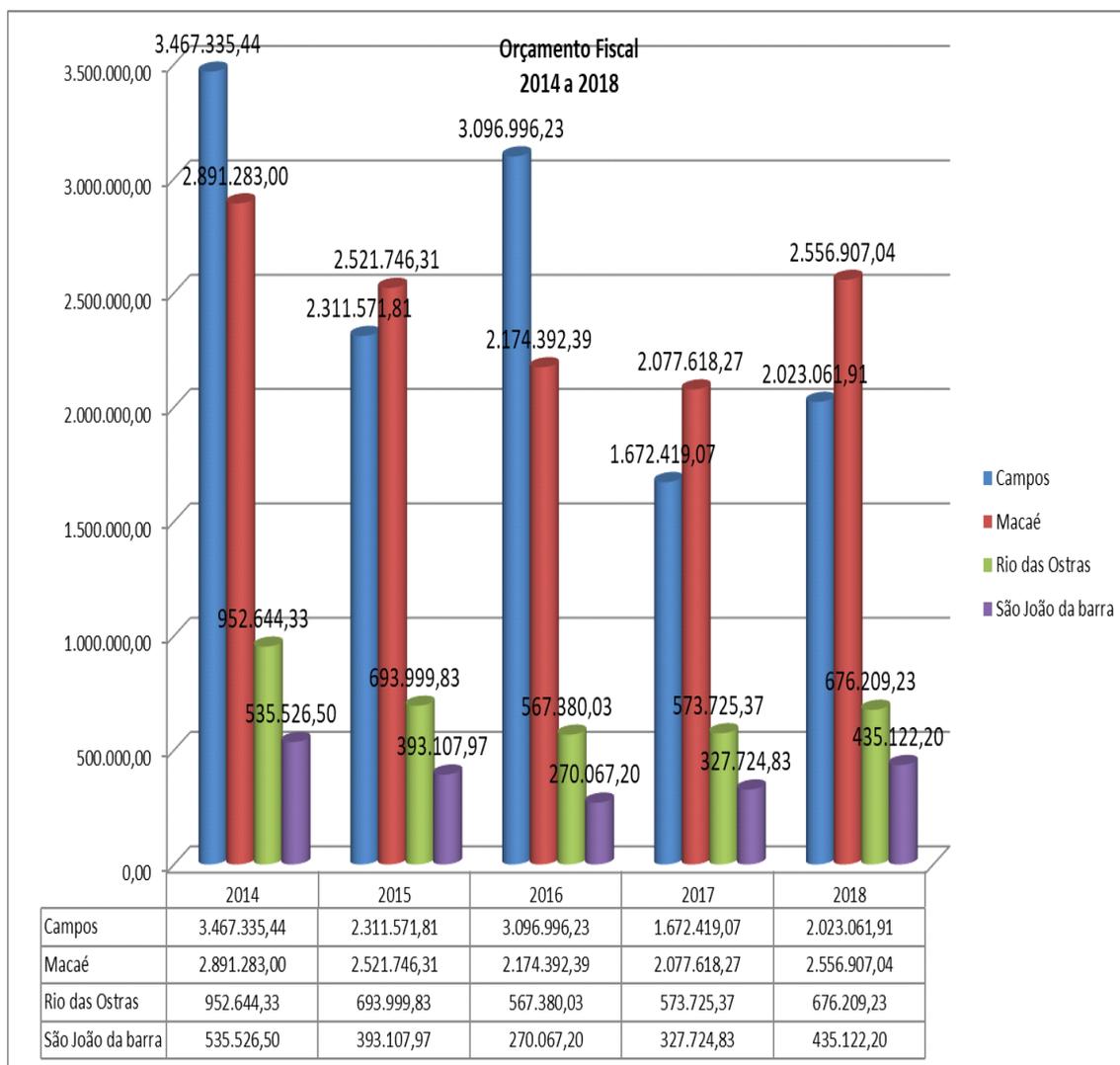
Em face do exposto, percebe-se que nos anos de 2015 e de 2016 os repasses das rendas petrolíferas aos municípios produtores sofreram quedas expressivas, em decorrência, principalmente, da retração do preço do barril do petróleo que, no ano de 2015, atingiu a cotação média de US\$ 54,46 e em 2016 os de US\$ 46,00, agravada pelo declínio da produção dos poços maduros.

Em 2017 e 2018 essas rendas voltaram a crescer, embora ainda distante do nível do ano de 2014, quando o valor do barril encontrava-se na casa dos US\$100,00; mas, sim, em virtude da ligeira recuperação do preço médio internacional do petróleo que ficou cotado ao longo dos anos de 2017 e 2018, respectivamente, em US\$55,19 e US\$71,65 (<https://br.investing.com/commodities/brent-oil>). Dentre os municípios analisados, Macaé detém um comportamento diferenciado, sendo o que teve maior recuperação nos dois últimos anos da série, o que se deve, provavelmente, às características da produção dos poços confrontantes.

2.1 Impacto da crise fiscal sobre o orçamento dos municípios

Para dar continuidade à argumentação em torno das evidências da crise fiscal que atingiu os municípios selecionados, apresenta-se a seguir, no gráfico II, a evolução do Orçamento Fiscal.

Gráfico II - Orçamento Fiscal dos municípios selecionados



Fonte: Elaboração própria com base no TCE-RJ.

O gráfico retrata os respectivos impactos fiscais provocados pela turbulência da queda do preço internacional do petróleo, em valores reais, considerando-se que as rendas petrolíferas é o item que mais pesa nas Receitas Orçamentárias. Pode-se observar que Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras foram os que sofreram os impactos mais graves em termos das perdas fiscais decorrentes das quedas nos repasses das rendas petrolíferas, comparado o primeiro com o último ano da série, embora o comportamento do orçamento de Campos seja atípico, no conjunto dos municípios, o que será explicado adiante.

Observa-se uma recuperação geral nos orçamentos de todos os municípios analisados, em 2018, com relação a 2017, refletindo, não só a relativa recuperação dos preços do petróleo, como uma elevação da produção, no total. No entanto,

comparando-se 2018 com 2014, Campos e Rio das Ostras são os que permanecem com as maiores perdas fiscais. Em 2018 Campos perdeu para Macaé a posição de maior orçamento fiscal, que detinha em 2014, mesmo considerando o valor do empréstimo contraído naquele ano, como se verá adiante.

Campos apresentou um comportamento diferenciado, uma vez que contraiu três empréstimos no período de 2014 a 2016, denominado pela gestão da época - no intuito de justificar os seus valores perante a opinião pública - de colchão financeiro, em face da necessidade de se enfrentar a crise fiscal vigente; e, codinominado pela mídia local de “Venda do Futuro”. Constituiu-se, dentro da realidade regional objeto de estudo deste trabalho, uma situação extraordinária, já que os demais municípios passaram pela crise utilizando-se, somente, dos seus recursos correntes, ajustando as contas públicas à chegada da nova conjuntura, sem buscar alternativas de endividamento de longo prazo, fora das suas possibilidades financeiras.

Para ilustrar melhor o caso de Campos, importa destacar a seguinte citação, extraída do site oficial da Prefeitura:

“O município de Campos, nos anos de 2015 e 2016, pegou junto à Caixa Econômica Federal dois empréstimos: um de cerca de R\$ 200 milhões e outro de mais de R\$ 762 milhões, sendo que do segundo empréstimo ficou com R\$ 562 milhões, já que utilizou parte deste segundo empréstimo para quitar o primeiro. E, como forma de garantia de pagamento, incluindo os juros, comprometeu, dos futuros royalties e das participações especiais aproximadamente R\$1,3 bilhão.” (<https://www.campos.rj.gov.br/informacao.php>, acesso em :15/07/2019)

Como se observa no gráfico II, o município de Campos teve, em 2014, um orçamento de R\$3,467 bilhões, considerando o empréstimo do Banco do Brasil de R\$250 milhões, de acordo com Azevedo Neto (2015, p. 85). No ano de 2015, o orçamento campista ficou em R\$2,311 bilhões, a redução em relação ao ano de 2014 foi de 33,33%, mesmo com o reforço de caixa de R\$ 200 milhões do empréstimo junto a Caixa Econômica Federal. Em 2016 cresceu 33,98%, chegando

ao patamar de R\$3,096 bilhões, inflado pelo terceiro empréstimo junto à Caixa Econômica Federal. Em 2017, sem a receita extra de reforço, o orçamento atinge o valor de R\$ 1,672 bilhões, sofrendo uma queda de 46%, o que reflete a expressividade da perda real, que seria agravada pela amortização dos empréstimos contraídos. E, em 2018, encerrou o exercício fiscal totalizando o quantitativo financeiro de R\$ 2,023 bilhões, crescendo 20,97% em relação a 2017, também sem o empréstimo. Assim, no que diz respeito ao município de Campos, pode-se dizer que, se não fossem os empréstimos contraídos pela gestão da época, as perdas financeiras registradas aqui seriam bem maiores. Até porque, sempre foi o município que mais recebeu royalties e participações especiais, desde 1999.

Quanto a Macaé, no ano de 2014 o orçamento ficou em R\$2,891 bilhões; em 2015, quando atingiu o valor de R\$ 2,521 bilhões, já sob os intensos reflexos da crise provocada pela quedas dos preços do barril do petróleo, o orçamento acusou o decréscimo de 12,78% em relação a 2014. No exercício financeiro de 2016, com um orçamento de R\$2,174 bilhões, o município experimentou uma outra queda, agora de 13,77%, em relação a 2015. Em 2017 chegou ao valor de R\$2,077 bilhões, ocorrendo outra redução, desta vez de 4,66%. E no exercício fiscal de 2018 ficou em R\$2,556 bilhões, um crescimento de 23,07% em relação ao ano anterior. Com isso, pode-se dizer que, do ponto de vista das rendas do petróleo, a economia macaense sentiu um pouco menos o impacto da redução do preço do barril de petróleo, em relação, por exemplo, a Campos. Deve-se registrar que Macaé, por sediar a quase totalidade das empresas fornecedoras do Complexo regional de Extração e Produção de Petróleo, possui na arrecadação própria um colchão de amortecimento das perdas com as rendas petrolíferas.

O município de Rio das Ostras, no ano de 2014 teve um orçamento de R\$952,644 milhões, que, em 2015 chegou a R\$693,999 milhões, resultando, numa queda de 27,15%. Em 2016 o orçamento totalizou R\$567,380 milhões, reduzido em 22,32% em relação a 2015. Em 2017 o seu aumento foi de 1,12% em relação a 2016, quando atingiu o valor de R\$573,725 milhões. Em 2018 o orçamento de Rio das Ostras manteve-se em crescimento de 17,86% em relação a 2017, chegando aos valores de R\$676,209 milhões. Como se constata, a perda chega a quase 1/3 do orçamento de 2014, sendo o município que mais perdeu, em termos percentuais, em relação a 2014, depois de Campos, cuja perda foi um pouco maior.

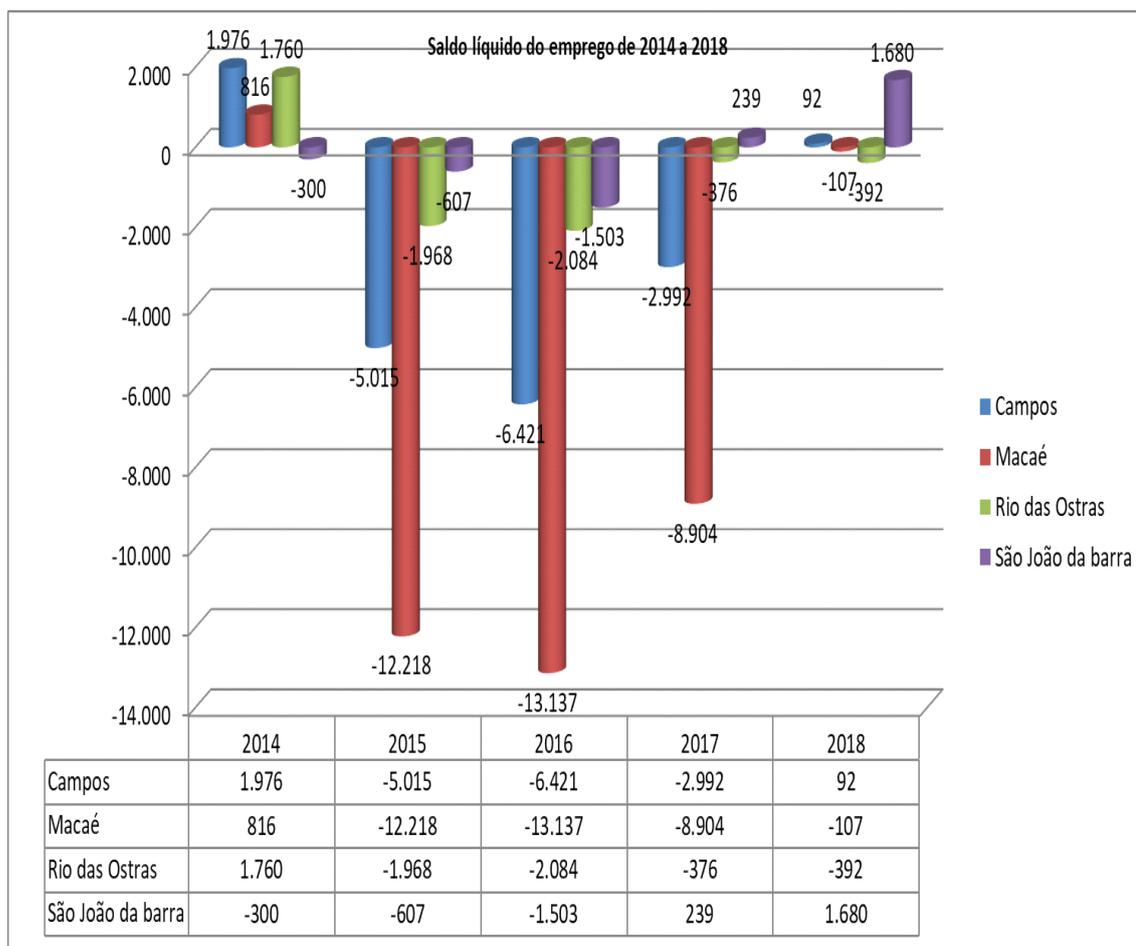
Essa perda pode ser explicada, em grande parte, pela elevada dependência de Campos e Rio das Ostras em relação às rendas petrolíferas, embora este último sedie algumas empresas do Complexo de E&P regional, o que influencia positivamente no orçamento fiscal. No entanto, o esvaziamento provocado pela queda na atividade econômica do Complexo, com consequências no fechamento de instalações e na demissão de trabalhadores, pode ter afetado o município, que é um dos municípios-dormitório satélites de Macaé.

Em relação a São João da Barra, seu orçamento de 2014 foi de R\$535,526 milhões, e, em 2015, de R\$393,107 milhões. A queda de 2015, em relação a 2014, chegou a 26,59%. Em 2016 o município ostentou um orçamento de R\$270,067 milhões, com uma redução de 31,30% em relação ao ano anterior. Em 2017 o orçamento ficou em R\$327,724 milhões, elevando-se em relação a 2016, em 21,35%. E, em 2018, ele cresceu novamente, desta feita 32,77%, em relação a 2017, quando totalizou R\$435,122 milhões, constituindo, também, um município que não apresentou maiores perdas financeiras decorrentes da crise do petróleo. Deve-se considerar que, com o início das operações do Porto do Açú, em 2014, e com o crescimento do número de empresas localizadas na retro-area do Porto, entre 2014 e 2018, o crescimento da arrecadação própria tenha influenciado positivamente no orçamento fiscal, neutralizando, em parte, a perda com a transferência das rendas petrolíferas.

3. Comportamento dos Indicadores de Emprego Formal e do PIB

A seguir, para enriquecer a análise dos impactos da queda nos preços e na atividade petrolífera no período aqui analisado, apresenta-se um quadro da evolução do emprego formal, através do saldo líquido entre admissões e demissões.

Gráfico III - Evolução do saldo líquido do emprego de 2014 a 2018



Fonte: Elaboração própria com base no CAGED.

Ao se analisar os dados estatísticos sobre o mercado de trabalho regional, apresentados no gráfico III, percebe-se uma grande diferenciação na dinâmica dos municípios selecionados, entre 2014 e 2018, o que, na ausência de dados mais detalhados e de outras fontes, pode ser atribuído à influência de fatores próprios de cada município. Em termos gerais, em 2015 e 2016, todos tiveram saldo negativo, o que permite afirmar que a perda de arrecadação com as rendas petrolíferas foi o que mais influenciou no emprego formal, haja vista que a formalidade predomina neste segmento. Em 2014, com exceção de S. João da Barra, os demais tiveram saldo positivo, o que parece indicar que os impactos no emprego decorrentes da queda nos preços do barril de petróleo não se manifestaram ainda em 2014. Já em 2018, só Campos e S. João da Barra apresentaram sinais de recuperação no saldo do emprego formal.

Quanto aos aspectos particulares, pode-se identificar dois padrões de comportamento: i) Macaé e Rio das Ostras, onde se localizam a quase totalidade

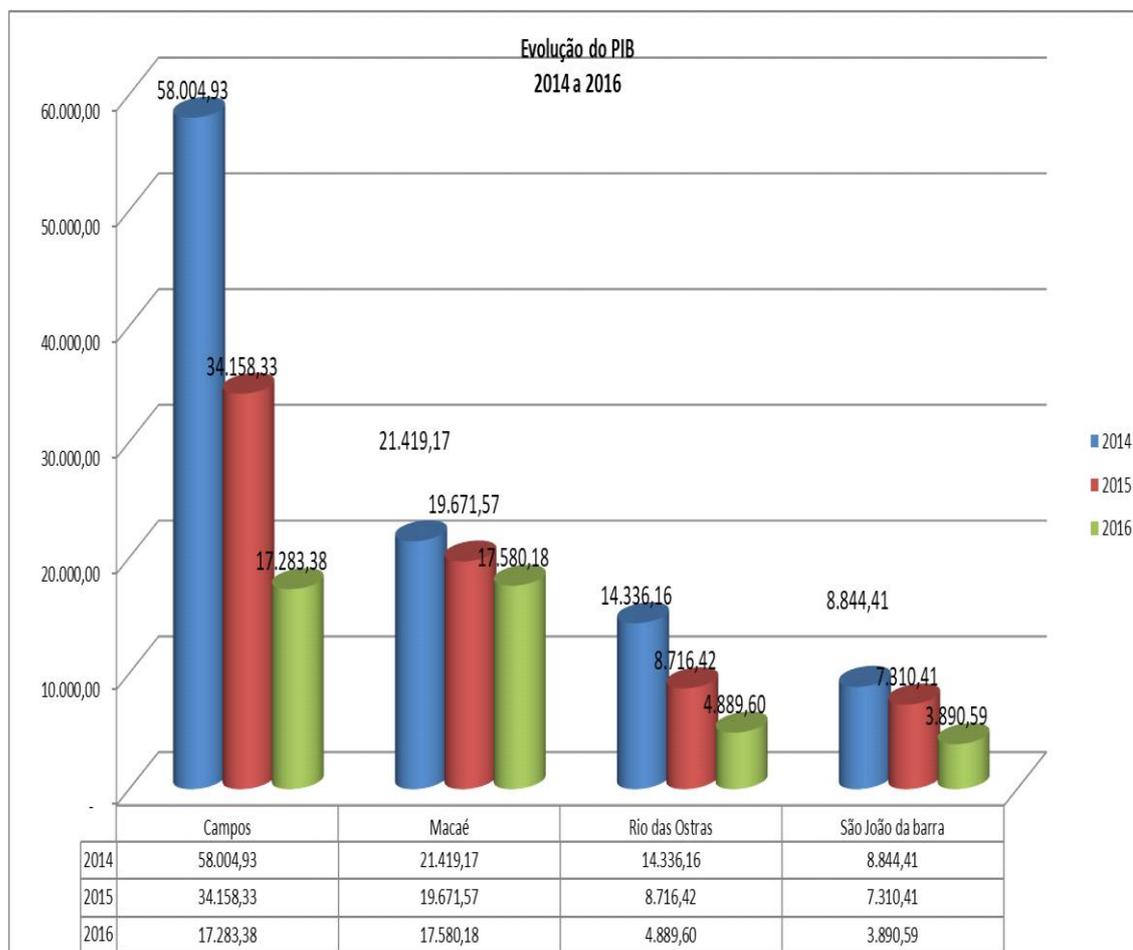
das empresas ligadas ao segmento, a recuperação do emprego é mais lenta, refletindo o fato de que, normalmente, as empresas são cautelosas na retomada dos investimentos; e ii) Campos e S. J. da Barra refletem o grande crescimento das atividades do Porto do Açu, desde o início de operação, em 2014, quando cerca de uma dezena de empresas se instalaram. Apesar das instalações físicas estarem em S. João da Barra, Campos concentra a infraestrutura urbana, de moradia e de serviços, em geral, além de alguns especializados. Adiante, será analisado o comportamento do mercado de trabalho nos primeiros meses de 2019, como indicativo das tendências que podem estar se desenhando.

A seguir, buscando compor um quadro de variáveis que permita uma leitura mais ampla do objeto deste artigo, apresenta-se alguns dados sobre a movimentação do PIB nos municípios selecionados, de 2014 a 2016 (último ano disponível no IBGE), correspondentes à conjuntura de redução do fluxo de rendas do petróleo, aliada às recessões de 2015 e 2016, quando a economia nacional retraiu 3,5% e 3,3%, respectivamente (<https://exame.abril.com.br/economia/pib-do-brasil-cresceu-11-em-2018-o-mesmo-ritmo-do-ano-anterior/>).

3.1 Evolução recente do PIB nos municípios analisados

É importante analisar o comportamento do PIB dos municípios selecionados, ainda que os dados disponíveis não contemplem o intervalo de tempo dos demais indicadores. Os dados do valor da produção petrolífera são computados no PIB desses municípios, embora estes, com exceção de Macaé, e, parcialmente, Rio das Ostras, usufruam das rendas, somente, uma vez que não possuem um volume significativo de atividades empresariais ligadas diretamente ao Complexo Petrolífero no seu território, o que infla artificialmente os recursos disponíveis. A título de ilustração, com relação ao valor do PIB, Campos dos Goytacazes figurava entre os 10 maiores municípios do país, em 2013.

Gráfico IV. Evolução do PIB dos principais municípios da Bacia de Campos (em milhões de reais)



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE Cidades

O gráfico IV ilustra o grande peso das atividades petrolíferas nos PIBs de Campos, Rio das Ostras e S. João da Barra, comparados a Macaé. Apesar de Macaé concentrar a base física *on shore* do Complexo, o valor da produção do petróleo é computado nos PIBs do município de acordo com os percentuais dos respectivos litorais incluídos nas coordenadas que definem os percentuais de royalties e participações especiais a serem transferidos. Isso explica, em grande parte, por exemplo, a disparidade entre o PIB de Campos e o de Macaé.

Assim sendo, o município de Macaé é o que apresenta menor retração do PIB entre 2014 e 2016, de 17,9%, enquanto Campos, Rio das Ostras e S. João da Barra, apresentam, respectivamente, perdas de 70,2%, 65,9% e 53,92%.

Os municípios da Bacia de Campos sempre tiveram o PIB inflado pela produção petrolífera, ao longo dos anos de alta produção dos campos petrolíferos, o que constituiu alvo de questionamentos por parte de vários estudiosos da economia

regional. Por ele oferecer uma ótica da produção dissociada da realidade produtiva de cada município, são economias consideradas petrorrentistas, o que significa dizer que, da economia do petróleo, recebem rendas, mas não as empresas ou atividades da cadeia, seja à montante, seja à jusante, com exceção de Macaé, e Rio das Ostras, em escala bem menor, como já foi registrado. Conforme citação abaixo:

Dessa conjugação de fatores surge uma nova classe de municípios, que começam a ser denominados na literatura especializada, especialmente por Rodrigo Serra, de municípios petrorrentistas. Tais municípios, apesar de considerados ricos relativamente à média dos municípios de mesmo porte, nem sempre têm alocado as receitas operacionais, particularmente as de royalties, na resolução dos problemas sociais advindos dos impactos causados pela atividade instalada. Note-se que existe o risco de preguiça fiscal, ou seja, os governos locais tornam-se excessivamente dependentes dessas receitas e não fazem esforço de arrecadação das receitas de outras fontes geradas nos municípios (GIVISIEZ e OLIVEIRA, 2007, p. 139, apud AZEVEDO NETO, 2015, p.74).

A partir dessas considerações observa-se, no gráfico IV, que, em 2015, o PIB do município de Campos ficou no patamar de R\$34,158 bilhões, sofrendo uma queda de 41,11% em relação ao ano de 2014, muito provavelmente por conta da desaceleração da produção do petróleo nos poços maduros da Bacia de Campos, combinada com o baixo preço do barril do petróleo, decorrente da crise nos preços das commodities. No exercício financeiro de 2016 percebe-se outra redução, desta feita de 49,40%, do PIB, quando comparado ao ano anterior, totalizando o quantitativo financeiro de R\$ 17,283 bilhões, o que parece corroborar o argumento que o vincula à crise aqui apontada.

Diferente foi o impacto no PIB de Macaé, com uma queda bem menor, no período, do que todos os demais, ostentando um PIB de R\$21,419 bilhões em 2014 e em 2015 sofrendo uma redução de 8,16%, chegando com isso, ao valor nominal de R\$19,671 bilhões. Em 2016, o PIB macaense se manteve na

trajetória de retração, com seu valor nominal totalizando o quantitativo financeiro de R\$17,580 bilhões, um declínio de 10,63%.

No caso do município de Rio das Ostras, o PIB em 2014, atingiu o patamar de R\$14,336 bilhões e, em 2015, de R\$8,716 bilhões, caindo 39,20%. No ano de 2016 ficou em R\$ 4,889 bilhões, com retração de 43,90%, uma perda maior do que a de 2015.

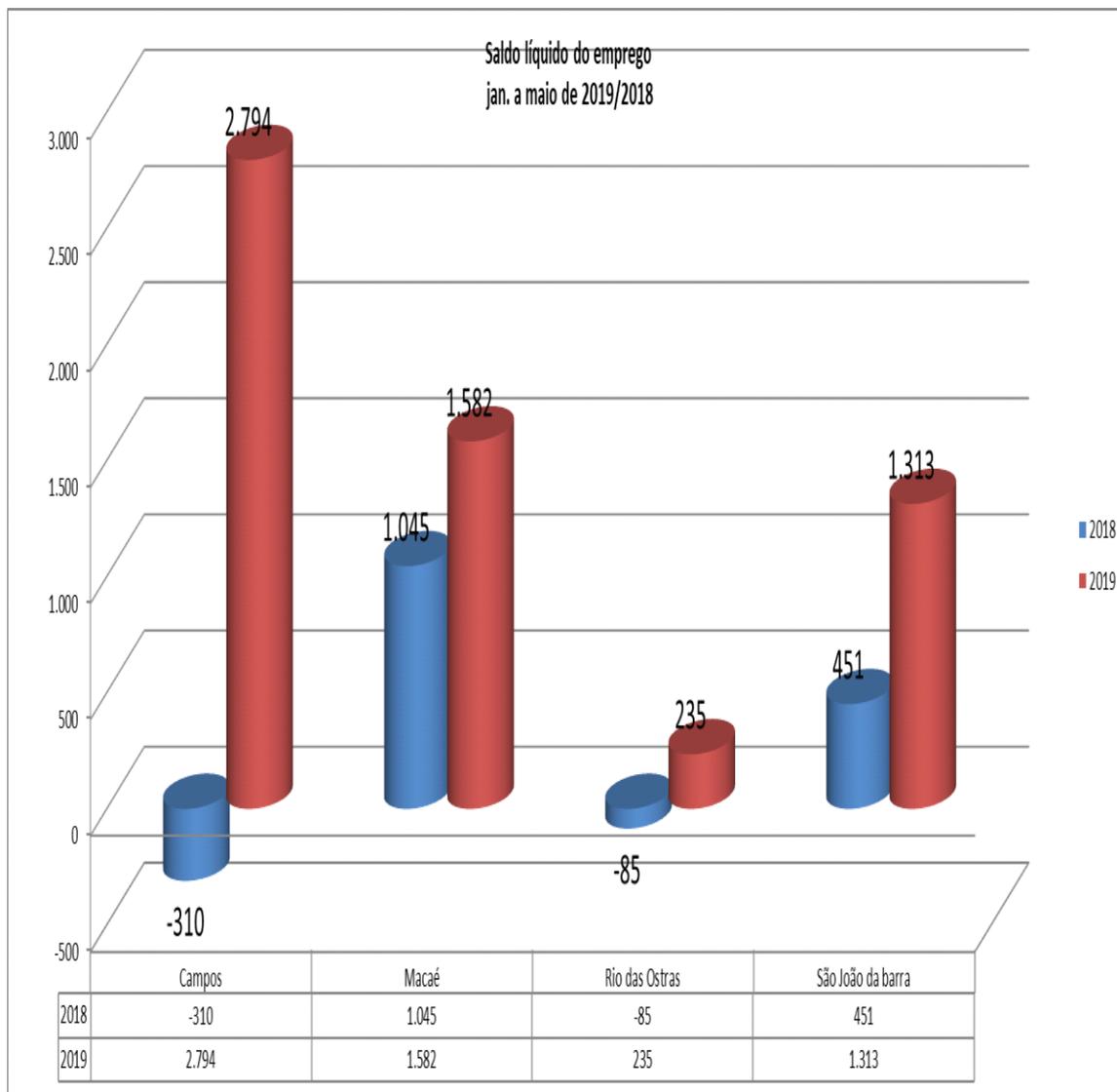
Já o município de São João da Barra, a despeito de hospedar o grande investimento do Porto do Açu, desde o ano de 2007, ainda não sentiu, de maneira marcante, no PIB, os reflexos da expansão econômica, desde então, desse empreendimento, como se constata nos números analisados. Assim, em 2014, o PIB sanjoanense totalizou R\$8,844 bilhões. Em 2015, passou ao quantitativo de R\$7,310 bilhões, retraindo 17,34%%. Em 2016 identifica-se outra queda, desta vez de 46,78%, chegando ao numerário, de R\$3,890 bilhões. Registre-se que o movimento de cargas e a implantação de empresas, no Porto, teve o crescimento acelerado a partir de 2016, com prováveis impactos positivos no PIB, ainda não divulgados pelo IBGE, fonte aqui utilizada.

De forma geral, os impactos negativos sobre o PIB figuram entre os mais acentuados, em relação aos demais indicadores aqui analisados, o que se deve, provavelmente, ao fato de que a retração na economia petrolífera regional tem repercussões em diversos outros segmentos da economia, particularmente na demanda de produtos de consumo por parte dos trabalhadores desse segmento, tendo em vista os significativos impactos negativos no mercado de trabalho, já aqui apontados.

4 Comportamento do mercado de trabalho nos primeiros meses de 2019

Ante o quadro traçado, buscou-se identificar, através da movimentação do mercado formal de trabalho no início de 2019, em comparação com o mesmo período do ano anterior, alguns indicativos sobre as tendências da atividade econômica nos quatro municípios aqui analisados, conforme o gráfico V.

Gráfico V - Movimentação do emprego formal de janeiro a maio de 2019 em relação ao mesmo período de 2018



Fonte: Elaboração própria com base no CAGED.

Os indicadores do mercado de trabalho, relativos ao saldo líquido do número de empregos, nos 5 primeiros meses de 2019, apontam para uma pequena recuperação das principais economias da região do petróleo, em relação ao mesmo período de 2018.

Observa-se, no gráfico V, que o saldo líquido do emprego nos primeiros meses de 2019, em todos os municípios, é bem significativo quando comparado ao mesmo período de 2018.

Em relação ao ano de 2018, o município de S. J. da Barra apresenta sinalização clara de que a crescente movimentação de navios no Porto e a existência de mais de uma dezena de empresas na área do Porto do Açú já se refletem na criação de novos empregos. Ainda assim, registre-se o fato de que, no

período, iniciaram-se as contratações para a construção da UTE-usina termelétrica a gás, no Porto do Açú, o que deve responder pela maior parte do impacto positivo no emprego.

Macaé também apresenta indicação de retomada gradativa da atividade econômica vinculada à indústria de E&P, embora, como já foi assinalado, os empregos reagem mais lentamente que os investimentos, enquanto esses reagem mais lentamente em relação às perspectivas de retomada da atividade econômica.

Os dados de Campos são os mais significativos. Estes contam com os postos de trabalho sazonais da indústria sucroalcooleira, que este ano se apresentam em maior número do que em 2018, mas, ainda assim, devem refletir, igualmente, a melhora nos municípios vizinhos, que sediam o porto e as bases operacionais da indústria regional do petróleo.

Rio das Ostras é o que apresenta a retomada relativamente mais lenta, expressando, talvez, sua condição de se beneficiar de maneira mais indireta, e, portanto, mais lenta, em relação aos outros três, dos impactos positivos da dinamização da economia.

Considerações Finais

Através dos dados apresentados neste trabalho - referentes às quatro principais economias regionais vinculadas à dinâmica da indústria extrativa do petróleo, algumas hoje afetadas, gradativamente, pelo porto do Açú - constata-se que a crise mundial no mercado de *commodities*, que derrubou o preço internacional do barril de petróleo, a partir de junho de 2014, teve significativos impactos nos municípios pertencentes à região da indústria extrativa do petróleo do ERJ, do ponto de vista fiscal, econômico e social.

No que se refere ao aspecto fiscal, os orçamentos desses municípios dependentes das rendas petrolíferas foram severamente afetados. No aspecto econômico, ocorreram quedas significativas no PIB dos municípios analisados. Do ponto de vista social, os quatro municípios analisados perderam 56.024 empregos com a carteira assinada, entre 2014 e 2018, constituindo um prejuízo social irreparável para a região.

Sem dúvida, os impactos da recessão da economia nacional, nos anos de 2015 e de 2016, contribuíram para a crise regional. No entanto, além dos aspectos inerentes à crise nacional, a queda no preço internacional do barril de petróleo e

outras especificidades da economia petrolífera regional - extrativista e petrorrentista - atuaram no sentido da crise regional. Ainda que os indicadores aqui analisados não deem conta da configuração da totalidade da crise, em todos os seus aspectos gerais e naqueles que são inerentes às economias dos municípios selecionados, a relativa convergência entre os números permitem não só estabelecer as relações, como inferir que a crise regional, em suas conexões com a crise nacional e com a dinâmica da economia internacional, assume aspectos dramáticos nos municípios dependentes da economia petrolífera regional do Estado do Rio de Janeiro.

Essas mesmas particularidades regionais permitem perceber sinais que podem indicar uma recuperação em curso na economia regional, uma vez que o estreitamento das atividades do Porto do Açu com a economia regional do petróleo, momentaneamente revitalizada com a subida dos preços internacionais, reforça vetores regionais/locais que podem potencializar os sinais detectados. As atividades do Porto do Açu, que se direcionam para o apoio às atividades da indústria regional do petróleo, tendem a criar mecanismos regionais de impulso às atividades econômicas. Acende-se um fio de esperança no recorte de tempo circunscrito entre janeiro e maio de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, em face do crescente saldo positivo das contratações de mão de obra formal.

Ainda assim, não se pode perder de vista que, por ocasião do fechamento deste artigo (agosto/2019), os indicadores revelam dois trimestres seguidos de retração econômica no Brasil, os dois primeiros de 2019, o que caracteriza, tecnicamente, uma conjuntura rumo a uma nova recessão no país, podendo voltar a afetar negativamente a economia regional; assim como as incertezas permanentes da indústria petrolífera e a Lei que será julgada pelo STF em novembro de 2019, que redistribuiu radicalmente as rendas petrolíferas por todos os estados e municípios brasileiros.

Bibliografia:

AZEVEDO NETO, José Alves. **O desafio do fomento à industrialização em áreas de economia de extrativismo mineral: o caso do Fundecam Campos dos Goytacazes.** 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidades) - Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

CRUZ, José Luis Vianna.; TERRA, Denise Cunha Tavares. Impactos territoriais da indústria petrolífera de Bacia de Campos, RJ. *In*: PIQUET, Rosélia.; PINTO JUNIOR,

Helder Queiroz (org.). **Transformações em Curso na Indústria Petrolífera Brasileira**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 127-160.

PIQUET, Rosélia; CRUZ, José Luis Vianna ; VILANI, Rodrigo Machado (org.). **O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>
acesso 15/07/2019

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml> acesso 15/07/2019

PORTAL DE NOTÍCIAS UOL. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/03/economia-brasileira-cresce-1-em-2017-e-confirma-recuperacao.shtml> acesso em: 15/07/2019

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html> acesso: 16/01/2015

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html> acesso em : 16/01/2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-da-barra/pesquisa/38/46996?ano=2016> acesso em: 15/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOSGOYTACAZES (PMCG). Disponível em :<https://www.campos.rj.gov.br/informacao.php>. Acesso em em:julho.2019

SITE INVESTING.COM. Disponível <https://br.investing.com/commodities/brent-oil>
19/07/2019

SITE INVESTING.COM. Disponível em <https://br.investing.com/commodities/brent-oil>
acesso em 29/07/2019